

AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS MATRICIAIS GAÚCHAS DA FAIXA DE FRONTEIRA E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE HEADQUARTERED AGRICULTURAL COOPERATIVES IN THE BORDER REGION OF RIO GRANDE DO SUL AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Carlos Thomé

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo
thome.carlos.80@gmail.com

Luiza Motta Klockner

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo
luiza.klockner@estudante.uffs.edu.br

Micheli dos Santos Waldow

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo
micheli.santos@uffs.edu.br

Enise Barth

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo
enise.teixeira@uffs.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): GT06. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo

O estudo objetivou identificar as atividades econômicas das cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul e relacioná-las com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas cooperativas desempenham uma importante função social e econômica para o desenvolvimento fronteiriço, além de suas atividades contribuírem e se alinharem aos ODS da Agenda 2030 da ONU. Entre estes, estão aqueles relacionados à erradicação da pobreza, fome zero, agricultura sustentável, trabalho decente, crescimento econômico e vida terrestre. Ademais, também são observáveis práticas relacionadas aos princípios do cooperativismo, como a educação e as preocupações com a comunidade. A metodologia utilizada tem uma abordagem quantitativa, analisando dados obtidos de plataformas como o Sistema Ocergs e Econodata, aplicando técnicas de estatística descritiva para mapear as cooperativas e caracterizar suas atividades econômicas, porte e abrangência territorial, além de uma revisão bibliográfica não sistemática. Os resultados apontam que as cooperativas agropecuárias gaúchas estão presentes em todas as regiões da Faixa de Fronteira, contribuindo historicamente com o desenvolvimento da região, desempenhando atividades econômicas voltadas à agricultura e pecuária, gerando renda e emprego, além de se alinharem no atendimento dos ODS. Em vias de conclusão, pode-se dizer que as organizações cooperativas estudadas contribuem de diferentes formas para o desenvolvimento fronteiriço, explorando atividades econômicas relacionadas tanto à agricultura quanto à pecuária, embora aquelas predominem, assim como corroboram para o atingimento das metas de sustentabilidade global.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Cooperativas Agropecuárias; Faixa de Fronteira; ODS.

Abstract

This study aimed to identify the economic activities of the headquarter agricultural cooperatives in the Border Region of the State of Rio Grande do Sul and relate them to the Sustainable Development Goals (SDGs). These cooperatives play a significant social and economic role in border development, in addition to aligning their activities with the United Nations' 2030 Agenda. Among these goals are those related to poverty eradication, zero hunger, sustainable agriculture, decent work, economic growth, and life on land. Furthermore, practices related to cooperative principles, such as education and community concerns, are also observed. The methodology employed

follows a quantitative approach, analyzing data obtained from platforms such as the Ocergs System and Econodata, applying descriptive statistical techniques to map the cooperatives and characterize their economic activities, size, and territorial scope, alongside a non-systematic literature review. The results indicate that agricultural cooperatives in Rio Grande do Sul are present throughout the entire Border Region, historically contributing to the development of the area by engaging in economic activities focused on agriculture and livestock, generating income and employment, and aligning with the SDGs. In conclusion, it can be stated that the studied cooperative organizations contribute in various ways to border development, engaging in economic activities related to both agriculture and livestock -although the former predominates - while also supporting the achievement of global sustainability goals.

Key words: Development; Agricultural cooperatives; Border Region; SDG.

1. Introdução

As cooperativas brasileiras desempenham um papel vital na sociedade, e estão engajadas em diversos ramos das atividades econômicas. Estes empreendimentos possuem referência internacional quando o assunto está relacionado com as inovações sociais, com repercussão em diversos setores da economia, como da alimentação, geração de energia e produção sustentável, bem como outras frentes, a exemplo das ações ao combate às mudanças climáticas, cujos benefícios alcançam tanto aos cooperados quanto a sociedade (OCB, 2024a).

Como outros empreendimentos que objetivam o lucro, as cooperativas seguem a racionalidade econômica com planejamento, disciplina e busca por produtividade, assim como visam garantir a capitalização sem comprometer a autonomia organizacional (Schneider, 2012). Ainda de acordo com o autor, o diferencial cooperativo é que essas organizações prestam serviços para uma associação de pessoas, priorizando cooperação, solidariedade e ajuda mútua; buscando eficiência e eficácia para o bem-estar dos associados, assim como resultados econômicos.

De acordo com o Anuário de 2024 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 2023 existiam, no Brasil, cerca de 4500 cooperativas, distribuídas entre os ramos Agropecuário; Consumo; Crédito; Infraestrutura; Saúde; Trabalho, produção de bens e serviços; e Transporte, e que abarcava mais de 23 milhões de cooperados, 550 mil empregos, e um ativo financeiro superior a 1 (um) trilhão de reais (OCB, 2024b).

Diante da importância do tema, delimitou-se como objeto do estudo, a Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. A Lei de Criação das Faixas de Fronteira reflete preocupações com a soberania nacional e a necessidade de controle sobre esses territórios, reconhecendo a sua importância estratégica. No entanto, a legislação também impõe certas restrições ao desenvolvimento econômico, especialmente no que diz respeito à propriedade e uso da terra, bem como à instalação de empresas estrangeiras. Nesse sentido, as cooperativas agropecuárias se tornam ainda mais relevantes, pois operam dentro desse contexto legal e oferecem soluções viáveis para superar as limitações impostas pela legislação, promovendo a inclusão dos pequenos agricultores nos mercados e fortalecendo o papel dessas regiões na economia nacional.

As Faixas de Fronteira, regulamentadas pela Lei nº 6.634/1979, enfrentam desafios estruturais significativos e são caracterizadas por particularidades econômicas, culturais e sociais. As condições geográficas e socioeconômicas, muitas vezes desfavoráveis, demandam estratégias inovadoras para promover o desenvolvimento local sustentável. A proximidade geográfica com outros países cria um ambiente com dinâmica de desenvolvimento peculiar, propiciando um ambiente de interações culturais, comerciais e políticas, as quais têm um impacto direto na economia local.

Nessas áreas, a agricultura tem historicamente se mostrado como o principal setor produtivo, apesar das dificuldades que pequenos e médios produtores enfrentam para competir

em mercados mais amplos, acessar recursos financeiros e adotar novas tecnologias. Nesse cenário, as cooperativas do ramo agropecuário emergem como agentes-chave de apoio ao desenvolvimento econômico, social e regional sustentável (SPPG, 2022).

Este estudo também relaciona o papel das cooperativas agropecuárias analisadas com a Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU, quais sejam: o ODS 1 - Erradicação da pobreza; ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; e ODS 15 - vida terrestre. Portanto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: “Quais são e como as atividades econômicas realizadas pelas cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul contribuem para o desenvolvimento regional, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?”

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidos por uma agenda global estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com a finalidade de orientar os esforços de desenvolvimento sustentável até 2030. Eles buscam equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, promovendo o bem-estar das pessoas e a preservação do planeta.

Neste contexto, foi delineado como objetivo geral do estudo, identificar as atividades econômicas das cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira do estado do Rio Grande do Sul e relacioná-las com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para o atendimento deste objetivo, foi localizada a Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul; mapeada as cooperativas agropecuárias matriciais inseridas na Faixa de Fronteira gaúcha; descritas suas atividades econômicas e relacionadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Justifica-se o estudo e o recorte geográfico utilizado para refletir a necessidade de ações estratégicas e criação de Políticas Públicas mais específicas em Faixas de Fronteira para a promoção do desenvolvimento em diferentes frentes, em especial estratégias que envolvem a participação das Cooperativas Agropecuárias. Ressalta-se que a economia na região analisada possui forte influência rural, e os estabelecimentos cooperativos desempenham um papel primordial no apoio destas atividades e associados.

Os resultados deste estudo foram sistematizados neste artigo em cinco partes, incluindo a introdução. Na segunda parte, busca-se apresentar a síntese da base teórica e conceitual pertinente à temática proposta. Em seguida faz a apresentação da metodologia utilizada para coleta e análise das informações. Na quarta seção, apresenta-se os resultados do estudo com o mapeamento da Região de Fronteira do estado do Rio Grande do Sul e as características gerais dos estabelecimentos agropecuários cooperados e suas principais atividades, bem como a discussão destes. E por fim, nas considerações finais buscou-se oferecer subsídios para as discussões sobre as contribuições do cooperativismo para o fortalecimento da agricultura nas regiões de fronteira e sua contribuição no desenvolvimento e no cumprimento da Agenda 2030.

2. Cooperativismo e Desenvolvimento em Faixas de Fronteira

O conceito de desenvolvimento territorial é uma abordagem considerada nova na discussão do desenvolvimento, cuja concepção ainda não está consolidada (Troian; Brites, 2024) é que balizará este estudo. Para estes autores, a expressão é usada para discutir o desenvolvimento em Faixas de Fronteira¹, envolvendo discussões plurais que abarcam desde a

¹ De acordo com Troian e Brites (2024), as fronteiras são espaços com características contrastantes ao território contínuo, podendo nele se desenvolverem redes organizadas sob uma dinâmica local, embora marcado pelas contradições e convergências típicas da região, gerando identidade a partir destas especificidades.

criação de políticas públicas específicas para reduzir dicotomias entre a redução da pobreza e a dinamização econômica, assim como fortalecer os valores culturais e identidades da região.

Por sua vez, o conceito de cooperativismo adotado neste artigo tem uma perspectiva econômica, uma vez que procura abarcar a exploração das atividades econômicas das cooperativas agropecuárias matriciais na Faixa de Fronteira gaúcha. Entendido como uma Teoria Econômica do Cooperativismo, são considerados os elementos objetivos destes estabelecimentos, dentre os quais o de maximizar a qualidade de vida das pessoas, com acesso a bens e serviços, cujas atividades desenvolvidas por estas organizações são uma ferramenta para proporcionar este alcance (Forgiarni, 2022).

Nesta seção serão apresentados os principais elementos teóricos que darão sustentação ao desenvolvimento desta pesquisa. Para tanto, será apresentado o desenvolvimento à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Agenda 2030, um breve histórico do cooperativismo, o ordenamento jurídico que instituiu o cooperativismo no Brasil, a Política Nacional de Fronteiras, e a localização geográfica da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul.

2.1. Desenvolvimento à Luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's)

As teorias do desenvolvimento têm sido objeto de estudo de muitos autores ao longo dos últimos tempos, refletindo as transformações políticas, sociais e culturais nos diferentes contextos históricos. Porém, o propósito deste capítulo não é revisitar o percurso histórico das teorias do desenvolvimento e tampouco fazer uma revisão sistemática, não obstante, versar sobre o entrelaçamento do desenvolvimento através dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Agenda 2030 da ONU.

A concepção de desenvolvimento tem evoluído ao longo do tempo, transcendendo abordagens exclusivamente econômicas para incorporar dimensões sociais, ambientais e culturais. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, representam um marco fundamental para a construção de um futuro sustentável, inclusivo e resiliente. Com seus 17 objetivos e 169 metas, a Agenda 2030 visa orientar políticas públicas, iniciativas privadas e ações da sociedade civil em prol de um desenvolvimento que equilibre as necessidades humanas com a capacidade de suporte do planeta.

O desenvolvimento sustentável é um conceito amplamente debatido, impulsionado tanto por sua complexidade quanto pelos desafios emergentes da sociedade, que oferecem um vasto campo de investigação para os estudiosos da área. Outrossim, a agricultura é uma das dimensões com papel crucial na concretização de um desenvolvimento sustentável. Entretanto, as cooperativas são organizações intrinsecamente participativas e sustentáveis que se baseiam em princípios democráticos, com foco nas pessoas e no desenvolvimento das comunidades às quais pertencem. Dessa forma, pode-se apontar que as cooperativas agropecuárias possuem papel estratégico no alcance dos ODS's.

O cooperativismo, desde sua origem, tem evidenciado que seu propósito não se restringe apenas à inserção econômica dos associados, mas se fundamenta em princípios que promovem a governança, a equidade, a inclusão socioeconômica, a educação, a responsabilidade social, a sustentabilidade, a capacitação de cooperados e colaboradores, o fortalecimento da intercooperação e o desenvolvimento das comunidades onde atuam (ICA, 2022a). No contexto das cooperativas agropecuárias, a *International Cooperative Alliance* (ICA) criou a plataforma “*Co-ops for 2030*”, que possibilita o monitoramento da definição e do cumprimento de metas relevantes, o comprometimento das cooperativas e o acompanhamento do progresso dos indicadores em cada área de ação, com o objetivo de alcançar os ODS.

Situadas na interface entre atividades econômicas, inclusão social e sustentabilidade ambiental, essas organizações têm contribuído para transformar práticas agrícolas, promover a equidade e fortalecer a resiliência de comunidades rurais.

2.2. A Emergência do Cooperativismo

O cooperativismo é um modelo econômico idealizado no ano de 1844, quando um grupo de tecelões ingleses fundou a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*. A iniciativa teve como objetivo oferecer serviços aos associados, visando atender às suas necessidades de forma justa e colaborativa (SCHNEIDER, 2003).

Logo após a Primeira Revolução Industrial e a Revolução Francesa, uma parte significativa da população britânica enfrentava empobrecimento e desemprego (SINGER, 2002). Neste contexto, Robert Owen, proprietário de um extenso complexo têxtil em New Lanark, na Escócia, apresentou um plano ao governo britânico em 1817. Ele propôs que os recursos destinados ao sustento dos pobres fossem utilizados para a compra de terras e a construção de Aldeias Cooperativas, onde cerca de mil e duzentas pessoas poderiam produzir sua própria subsistência e trocar os excedentes entre as comunidades. O que inicialmente parecia ser um projeto destinado a reduzir os gastos com a população mais pobre e mitigar a insegurança gerada pelo crescente número de pessoas em situação de miséria, revelou-se uma abordagem coerente e viável para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores dentro do sistema produtivo capitalista.

Isto posto, pode-se afirmar, com base nos argumentos singerianos, que o cooperativismo surgiu e se diversificou diretamente ligado à luta dos trabalhadores na década de 1830, funcionando como uma estratégia organizacional para melhorar as condições de vida e promover a emancipação humana. Conhecidas como "cooperativas operárias", "cooperativas owenistas" ou "cooperativas revolucionárias", essas iniciativas eram vistas como instrumentos de transformação social, e não apenas como mecanismos para a sobrevivência imediata.

Ainda na visão de Singer (2002), no Brasil, o cooperativismo ganhou maior clareza e importância a partir da década de 1980. Esse período foi marcado por um aumento significativo nas demissões e no fechamento de fábricas, gerando profundas transformações nas condições de emprego e na dinâmica do mercado de trabalho.

O cooperativismo vem se firmando há décadas como um elemento fundamental no cenário econômico e social do Brasil, sustentado por uma filosofia que combina o bem-estar social com o crescimento econômico. Os princípios que orientam esse modelo baseiam-se em atender às demandas de um grupo por meio da busca por prosperidade coletiva, promovendo a participação autônoma, solidária e democrática. A relevância desse sistema econômico está, sobretudo, na capacidade de integrar seus membros a mercados altamente concentrados, além de contribuir para o aumento da renda local e estimular o desenvolvimento do agronegócio nas áreas onde atua (Souza; Braga; Ferreira, 2011).

Nesta perspectiva, o cooperativismo apresenta forte presença em diversos setores econômicos, com destaque para a agricultura. Nessa área, é composto majoritariamente por produtores rurais ou agrícolas, onde os instrumentos de produção permanecem como propriedade individual dos associados, enquanto as cooperativas se responsabilizam por atividades coletivas, como armazenamento, beneficiamento e comercialização, entre outras (Limberger, 1996).

A formação de cooperativas agropecuárias por agricultores pode trazer ao grupo uma série de benefícios econômicos, como o aumento do valor dos produtos no mercado, a redução nos custos de aquisição de insumos, a diminuição das despesas no processamento das unidades beneficiadas e a melhoria na qualidade dos bens ou produtos agrícolas ofertados.

2.3. A Lei do Cooperativismo nº 5.674/1971

No Brasil, a Lei que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, é a Lei 5.674/1971, popularmente conhecida como Lei do Cooperativismo. Com base nesta norma jurídica, as cooperativas são sociedades de pessoas

com forma e natureza jurídicas próprias, de caráter civil e não sujeitas à falência. Elas são constituídas com o propósito de prestar serviços aos associados, distinguindo-se de outras sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (Brasil, 1971).

De maneira geral, cooperativas são organizações formadas por um grupo de pessoas que se unem em busca de objetivos comuns, regidos por um conjunto de regras estabelecidas pelo próprio grupo. A ideia central desses empreendimentos é reunir forças e competências para enfrentar coletivamente desafios que seriam muito difíceis de superar de forma individual (Cornelian, 2006).

As cooperativas são classificadas em três graus, sendo o primeiro, referente às singulares, que são as que prestam serviços aos associados, constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas físicas, sendo raramente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou atividades econômicas correlatas das pessoas físicas ou sem fins lucrativos. Já o segundo, trata das cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as quais são constituídas de, no mínimo, três cooperativas singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais. Por fim, o terceiro trata das confederações de cooperativas, as constituídas, ao menos, de três federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades (Brasil, 1971).

2.4. Caracterização da Faixa de Fronteira Gaúcha e Municípios de Abrangência

A Lei nº 6.634/1979 dispõe sobre a Faixa de Fronteira no Brasil, assim definida aquela que fica a 150 km de largura da linha divisória terrestre do território nacional (Brasil, 1979). Em consonância com esta lei, foi instituído o Decreto nº 12.038/2024 que trata da Política Nacional de Fronteiras (Brasil, 2024). De acordo com este instrumento, o Brasil foi dividido em três arcos - norte, central e sul -, que formam a base territorial para a criação de ações do Poder Executivo na Faixa de Fronteira (Brasil, 2024).

O Estado do Rio Grande do Sul tem 197 municípios que se enquadram nesta Faixa de Fronteira, representando 39,63% das municipalidades gaúchas. Eles integram as regiões Sul, de Campanha, Jacuí Central, Fronteira Oeste, Vale do Jaguari, Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Celeiro, Rio da Várzea, Médio Alto Uruguai e Norte.

Estas regiões do território gaúcho tiveram ocupações que ocorreram em diferentes etapas, influenciadas por diversos grupos e estratégias. Inicialmente, os jesuítas estabeleceram os primeiros povoados organizados no século XVII, conhecidos como Sete Povos das Missões,

focados em atividades econômicas como a produção de erva-mate e couro (SPGG, 2022). Posteriormente, de acordo com esta fonte, no século XVIII, a coroa portuguesa construiu fortes e presídios, distribuiu sesmarias, fomentando a pecuária externa para o charque, que impulsionou a economia do sul do estado até o século XIX (SPGG, 2022). Ainda de acordo com a fonte, a imigração europeia, com destaque para alemães e italianos, promoveu uma expansão agrícola e industrial, especialmente no norte do estado, formando uma rede urbana mais densa.

As cooperativas agropecuárias representam uma via promissora para a realização dos ODS, especialmente em contextos rurais e de fronteira. Por meio de sua abordagem participativa e orientada para o bem comum, essas organizações integram as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. No entanto, para maximizar seu potencial, é essencial que sejam apoiadas por políticas públicas robustas, parcerias estratégicas e investimentos contínuos em capacitação e tecnologia.

3. Metodologia

Considerando o objetivo deste estudo, a saber, identificar as atividades econômicas das cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira do estado do Rio Grande do Sul e relacioná-las com os ODS, utilizou-se uma abordagem quantitativa. Justifica-se este enfoque porque foram utilizados dados quantificáveis, e que organizados puderam ser submetidos ao uso de técnicas da estatística descritiva (Martins; Theóphilo, 2016), contribuindo, desta forma, com a descrição de contextos, situações ou padrões a que as cooperativas se encontram inseridas para discutir o desenvolvimento no espaço geográfico delimitado (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013).

Em relação à literatura, será feita uma revisão não sistemática, cuja escolha dos referenciais se dá de forma conveniente ao pesquisador. Este modo tem por característica não seguir um padrão (ritual) para a escolha de textos, e a busca pela temática é mais aberta e livre. Ela parte de uma questão específica e bem definida, mas a procura por fontes não é pré-determinada, porém menos abrangente e sujeita a interferências da percepção subjetiva (Cordeiro, *et al*, 2007).

A coleta de dados para a identificação das cooperativas agropecuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Sul foi realizada por meio de levantamento no site do Sistema Ocergs. Mapeadas as cooperativas gaúchas, foram ranqueados os municípios que fazem parte da Faixa de Fronteira definidos pela Lei nº 6.634/1979 e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De posse dessas informações, no site da “Econodata” foram extraídos os dados referentes à situação das cooperativas matriciais, como o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o porte e o número de funcionários da cooperativa, se opera em rede e, em caso afirmativo, a relação dos municípios de abrangência, assim como as atividades econômicas praticadas. Estes artefatos foram manipulados com o uso de recursos da estatística descritiva, na forma de gráficos, tabelas e cálculo de medidas para melhor compreender o comportamento e ações das unidades de estudo (Martins; Theóphilo, 2016).

Os dados foram analisados com auxílio da ferramenta do excel, possibilitando a interpretação, categorização e identificação de padrões dentre as atividades econômicas desempenhadas pelas cooperativas matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha.

4. Resultados e Discussões

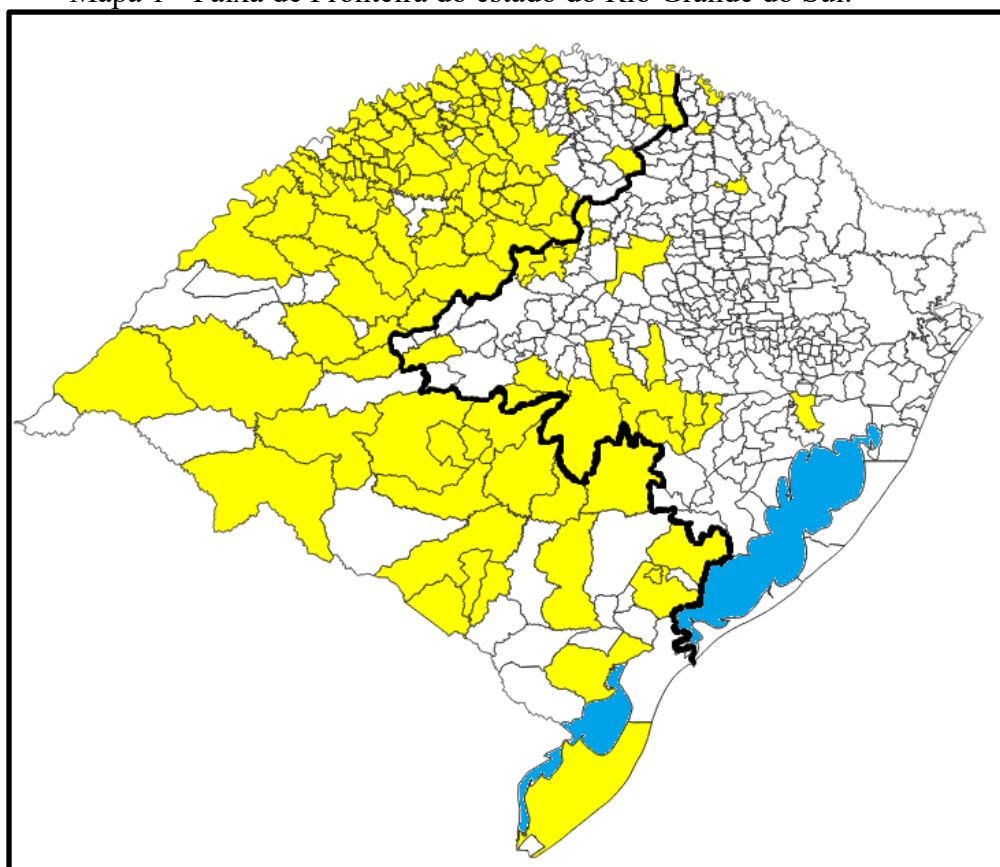
Nesta seção, estão os resultados do estudo, dispostos a partir de um recorte da história da ocupação do território gaúcho e, na sequência, as discussões decorrentes das atividades econômicas desempenhadas pelas cooperativas na Faixa de Fronteira gaúcha.

4.1. As Cooperativas da Faixa de Fronteira Gaúcha

O levantamento de dados junto ao Sistema da Ocergs sinalizou a existência de 92 cooperativas agropecuárias matriciais no Rio Grande do Sul, distribuídas em 74 municípios. Destas, 37 foram identificadas na Faixa de Fronteira, e com *status* ativo ou em liquidação², ou seja, unidades que, segundo a fonte, encontram-se em funcionamento regular, dispersas em 29 municípios. Ressalta-se que para este estudo não foi feita a verificação *in loco* das condições de funcionamento delas. Contudo, sobre três estabelecimentos (Cooperativa Casjl de Jaguari; Cooperativa Cooperlat de Pontão; e Cooperativa Coopar de São Lourenço do Sul) não foram encontrados os dados na URL da Econodata.

Em relação à distribuição das cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul, 62 municípios possuem uma cooperativa, sete possuem duas, e cinco possuem até três estabelecimentos desta natureza. O Mapa 1 também sinaliza que a geografia da Faixa de Fronteira é praticamente toda ela ocupada por estabelecimentos da natureza em estudo.

Mapa 1 - Faixa de Fronteira do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado do QGiz pelos autores (2025).

² Uma cooperativa em liquidação é aquela que está passando pelo processo de encerramento de suas atividades, onde seus bens e obrigações são avaliados e vendidos para quitar as dívidas pendentes (Maffioletti, 2019).

Para melhor compreensão da distribuição das Cooperativas Agropecuárias gaúchas, o Mapa 1 apresenta a linha divisória da Faixa de Fronteira gaúcha, estando à esquerda os municípios que a integram, bem como aqueles que, pintados, indicam os que possuem cooperativa agropecuária (matriz e/ou filial).

Ressalta-se que foi observado que a base de dados da Ocergs não reúne informações sobre Cooperativas de Economia Solidária e Cooperativas de Catadores, por exemplo, abrindo margem para uma gama maior de estabelecimentos cooperativistas na Faixa de Fronteira do que aqueles extraídos da fonte.

Os resultados apontaram que cerca de 60% das cooperativas matriciais localizadas na Faixa de Fronteira gaúcha possuem filiais, compondo uma rede de unidades que abarcam um conjunto de 153 municípios, dos quais 132 encontram-se na região em estudo. Ressalta-se que foi identificado um estabelecimento (Cooperativa Nossa Terra, do município de Paulo Bento) que possui uma filial no município de Prudentópolis - PR, que, de acordo com o Anexo III, não a integra a Faixa de Fronteira paranaense.

Como acima referenciado, a Faixa de Fronteira gaúcha possui 197 municípios. Dentre estes, 34 possuem cooperativas matriciais, mas quando contabilizadas as suas filiais, este número sobe para 132. Além destes, também há mais 21 filiais no Rio Grande do Sul que não integram esta região.

Em relação a data da abertura das cooperativas agropecuárias fronteiriças sob análise, verificou-se que a cooperativa agropecuária gaúcha mais antiga na Faixa de Fronteiras com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ativo na RFB (Receita Federal do Brasil) remete para o final da década de 1950, e está localizada em Bagé, com foco em atividades do “Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada” e de “Beneficiamento de Arroz e Fabricação de Produtos do Arroz”.

A concentração do quantitativo de cooperativas agropecuárias matriciais com CNPJ ainda ativo na RFB e abertas na Faixa de Fronteira pode ser verificado na Tabela 1. O levantamento realizado neste estudo não buscou identificar aquelas que eventualmente vieram a encerrar suas atividades.

Tabela 1 - Número de Cooperativas Agropecuárias abertas desde a década de 1950.

1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	Total
1	11	6	0	4	6	4	3	34

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da base de dados da Econodata (2025).

A história do cooperativismo no Brasil remete ao final do séc. XIX, e mais intensivamente a partir de meados do séc. XX, e, em relação a esta variável, no ordenamento jurídico brasileiro, a Política Nacional de Cooperativismo foi sancionada apenas em 1971 com a Lei nº 5.764/1971 após a criação da OCB.

A maior incidência da abertura de cooperativas agropecuárias matriciais na Faixa de Fronteira gaúcha, conforme a Tabela 1, reporta-se para a década de 1960, e a mais antiga foi aberta em 1959, a passo que a mais recente em 2024. Supondo que a gênese destes estabelecimentos possa também ter tido maior ocorrência em outras regiões do país no mesmo período, este fato pode justificar a promulgação da Lei do Cooperativismo no começo de 1970 em decorrência da necessidade de um olhar específico para estas organizações.

A organização formal das cooperativas pode ser associada ao atendimento da ODS 1 - Erradicação da pobreza, e ODS 8 - trabalho decente e crescimento econômico, corroborando, assim, com o estabelecimento de vínculos formais de emprego e renda à população. Neste viés,

o número de funcionários também foi objeto de análise, e observou-se que estas instituições corroboram com a empregabilidade na região, conforme pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Estimativa da mão de obra empregada nas cooperativas agropecuárias analisadas.

1-10	11-20	21-50	101-150	201-300	301-500	501-1000	1001-5000	Total Estimado
9	3	5	2	4	4	4	2	17.900

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da base de dados da Econodata (2025).

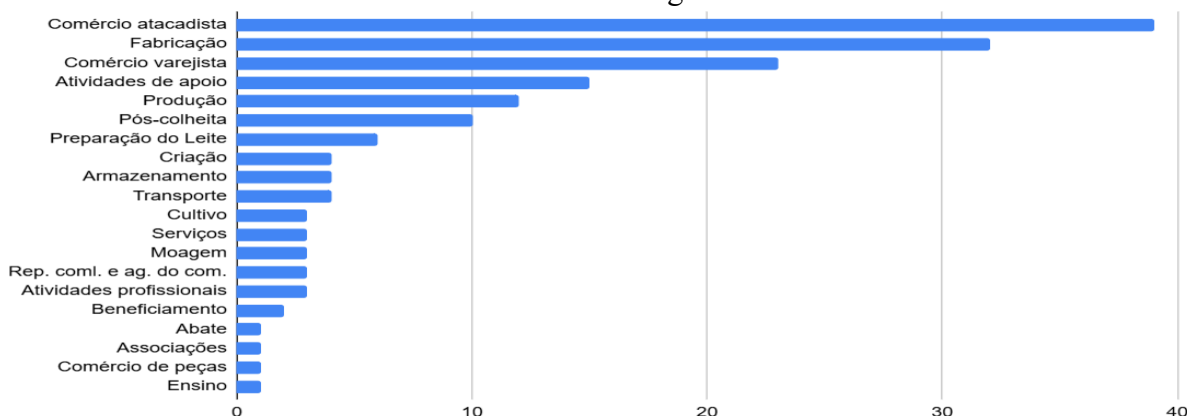
A reflexão sobre esta variável revela que estes estabelecimentos corroboram com o desenvolvimento na Faixa de Fronteira, uma vez que a inserção destas unidades repercute no sustento de pessoas/famílias inseridas no âmbito local/regional destas cooperativas.

Embora discussões sobre a repercussão do desenvolvimento comumente abordam dados sob um enfoque quantitativo, o trabalho desenvolvido em âmbito micro/local por pequenas organizações pode ter impactos positivos na vida de pessoas e na sociedade. Exemplo disso é a Coopercaun, uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos que conta com 22 sócios no município de Cerro Largo - RS, cujo trabalho destes cooperados repercute não somente no incremento da renda domiciliar, mas também em ações sociais por eles desenvolvidas que visam reduzir danos ambientais causados pelos materiais recolhidos caso fossem despejados no meio ambiente, bem como a inclusão social destes indivíduos na sociedade (Botelho, et al, 2019).

4.2. As Atividades Econômicas das Cooperativas Matriciais da Faixa de Fronteira Gaúcha

Em relação às atividades econômicas desempenhadas pelas cooperativas na Faixa de Fronteira gaúcha, foram identificadas 71 atividades diferentes. Dentre as que mais se destacaram são as “atividades de pós-colheita” em dez cooperativas matriciais; “produção de sementes certificadas” e “atividades de apoio à agricultura” em nove; “comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja” e o “comércio atacadista de soja” em oito; e a “preparação do leite” em sete, são as que mais se destacam, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Atividades econômicas praticadas nas cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir da base de dados da Econodata (2025).

Uma análise mais qualitativa a partir da identificação de palavras-chave nas atividades econômicas - a exemplo de “comércio atacadista”³, “comércio varejista”⁴, “fabricação” e “atividades de apoio” -, proporcionará melhor compreensão do que é realizado nestas organizações. O Gráfico 1 faz esta sinalização, assim como indica a frequência, revelando a incidência em que elas ocorrem.

A reorganização das atividades econômicas por palavras-chave revela uma gama de práticas nas cooperativas agropecuárias. Nos parágrafos abaixo será feito o detalhamento delas, assim como possibilitado uma reflexão com o desenvolvimento na Faixa de Fronteira.

Quadro 1 - Atividades econômicas do comércio atacadista das cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha.

Atividade Econômica	Especificidade	Origem e/ou destino
Comércio atacadista	de cereais e leguminosas beneficiados	Agricultura
	de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Agricultura
	de cereais e leguminosas, farinhas, amidos e féculas	Agricultura
	de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Agricultura
	de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	Agricultura
	de hortifrutigranjeiros	Agricultura
	de matérias-primas agrícolas	Agricultura
	de sementes, flores, plantas e gramas	Agricultura
	de soja	Agricultura
	de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas	Agropecuária
	de produtos alimentícios em geral	Agropecuária
	de leite e laticínios	Pecuária

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da base de dados da Econodata (2025).

As atividades decorrentes do comércio atacadista nas cooperativas agropecuárias matriciais são plurais, contudo, indica maior concentração decorrentes dos ou para os negócios agrícolas. Um estudo realizado por Torres e Bender Filho (2024) indica que no Rio Grande do Sul áreas ocupadas pela pecuária estão sendo preparadas para a exploração de *commodities*. Neste cenário, e principalmente a partir do ano de 2000, a cultura da soja vem se destacando por se apresentar como uma atividade econômica mais rentável (Torres; Bender Filho, 2024). Esta informação pode corroborar em explicar a maior predominância no comércio atacadista para a comercialização de produtos agrícolas em detrimento aos decorrentes das atividades pecuárias.

³ O comércio atacadista pode ser caracterizado como aquele em que, dentro da cadeia produtiva, ocorre a maior concentração para distribuição de produtos, indicando o momento em que termina o movimento de concentração e se inicia o da dispersão deles (Hoffmann, *et al*, 1981).

⁴ Na cadeia produtiva, o comércio varejista é caracterizado como aquele em que se estreita a relação do vendedor de produtos com o comprador, que é o consumidor final (Hoffmann, *et al*, 1981). Esta aproximação, conforme o autor, é que acabe delineando a demanda por insumos existentes no mercado, estabelecendo uma relação com a produção e estoques.

Além do comércio atacadista, as cooperativas matriciais analisadas também praticam o Comércio Varejista, conforme pode ser verificado no Quadro 2, no qual podem ser identificadas uma diversidade de produtos para as mais diversas finalidades, as quais deduz-se atenderem tanto a demanda da população que reside e trabalha na zona rural quanto na zona urbana. Os utilizados por estes visam suprir as necessidades mais imediatas relacionadas à sobrevivência, ao passo que aos daqueles tanto as emendas destes quanto a retroalimentação do sistema produtivo.

Quadro 2 - Atividades econômicas do comércio varejista das cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha.

Atividade Econômica	Especificidade	Origem e/ou destino
Comércio Varejista	de hortifrutigranjeiros	Agricultura
	de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo	Agropecuária
	de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes	Agropecuária
	de artigos de uso doméstico	Diversos
	de ferragens, madeira e materiais de construção	Diversos
	de gás liquefeito de petróleo (GLP)	Diversos
	de livros, jornais, revistas e papelaria	Diversos
	de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	Diversos
	de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	Diversos
	de outros produtos novos	Diversos
	de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	Diversos
	de laticínios e frios	Pecuária

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da base de dados da Econodata (2025).

A exploração de atividades do varejo como a realizada pelos supermercados, embora estejam concentrados em torno de algumas empresas líderes como o Carrefour (1) e Zaffari (12), esta prática também é usual em cooperativas matriciais e/ou filiais, dentre as quais a Cotripal (132), Cotrifred (164), Cotrirosa (210) e Coopermil (252) integram o ranking⁵ 2023/2024 das maiores empresas do varejo alimentar brasileiro (Abras, 2024). Estas cooperativas destacadas fazem parte da Faixa de Fronteira estudada, cujas atividades implicam o engajamento delas na região com repercussões no desenvolvimento fronteiriço.

As atividades relacionadas à “Fabricação” também ocupam papel de destaque e pluralidade nas cooperativas matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha. A origem da matéria-prima é, majoritariamente, decorrente da exploração das atividades agrícolas, conforme pode ser verificado no Quadro 3. Estes produtos podem ser processados para suprirem uma diversidade de insumos, essenciais, inclusive, para a alimentação humana. Contudo, para

⁵ Indicação do *ranking* brasileiro dos supermercados dentre um conjunto de 1.251 estabelecimentos que integram os maiores do Brasil (Abras, 2024).

melhor compreender esta questão, torna-se necessário estudar a dinâmica destes bens manufaturáveis, o que não é objeto deste estudo.

Quadro 3 - Atividades econômicas de fabricação das cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha.

Atividade Econômica	Especificidade	Origem e/ou destino
Fabricação	de conservas de frutas	Agricultura
	de conservas de legumes e outros vegetais	Agricultura
	de produtos de carne	Agricultura
	de produtos do arroz	Agricultura
	de sucos de frutas, hortaliças e legumes	Agricultura
	de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	Agricultura
	de vinho	Agricultura
	de alimentos para animais	Agropecuária
	de produtos de panificação	Agropecuária
	de laticínios	Pecuária

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da base de dados da Econodata (2025).

Por outro lado, foi observado a existência de cooperativas que exploram a criação de aves (1), bovinos (2) e suínos (1) que podem ser utilizados na comercialização de produtos de carne e laticínios, por exemplo. Outras práticas, como é o caso do cultivo de cana-de-açúcar (1), cereais (1) e soja (2), são matéria-prima para a fabricação de diversos insumos para o consumo humano ou animal, podendo ainda, para este caso, retroalimentar o sistema, a exemplo das demandas específicas da atividade pecuarista.

As informações demonstradas nos Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3, permitem relacionar a função social das cooperativas analisadas com o ODS 2 - fome zero e agricultura sustentável, uma vez que as atividades atacadistas e varejistas operam como um elo da cadeia agroalimentar, atuando no acesso e distribuição de alimentos à população em diferentes locais, seja dentro ou fora da Faixa de Fronteira. A gama de produtos fabricados é, em essência, reflexo da matéria-prima produzida nestas regiões, processada e destinada a diversos fins, seja para retroalimentar o sistema produtivo, seja para atender as demandas do consumidor final.

A produção de sementes e mudas certificadas também foi identificada dentre as atividades econômicas desenvolvidas por cooperativas matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha, bem como da produção florestal - florestas plantadas. Atividades desta natureza são regidas pela Lei nº 10.711/2003 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, tendo por objetivo garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado (Brasil, 2003).

A produção de sementes certificadas visa controle de qualidade em todas as etapas do processo de certificação, bem como o conhecimento da origem genética e o controle das gerações (Tormes *et al.*, 2022). Neste sentido, embora haja poucas cooperativas (duas) engajadas com esta atividade econômica, observa-se haver preocupação por parte delas também com assuntos relacionados ao meio ambiente.

As atividades voltadas à produção florestal, bem como a de sementes certificadas (embora deduza-se que esta atividade tenha foco no cultivo de sementes de cultivares), podem ser relacionadas com o ODS 15 - vida terrestre, com a preocupação de gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.

Outro grupo de atividades identificadas nas cooperativas agropecuárias gaúchas é a prestação de serviços em duas cooperativas. Uma delas aborda a descontaminação e serviços de gestão de resíduos, cuja prática também revela uma preocupação com os impactos ambientais. A outra abarca serviços de informação e serviços de escritório e apoio administrativo cuja gama de funções atreladas a elas é ampla e demanda de uma análise *in loco* para que seja possível analisar o bojo destas praxes.

Uma diversidade de atividades que não se enquadrou nas categorias acima foi reunida no Quadro 4, e representam um conjunto de transações econômicas decorrentes da produção agrícola ou pecuarista, conforme reunidas no Quadro 4.

Quadro 4 - Atividades econômicas diversas praticadas nas cooperativas agropecuárias matriciais da Faixa de Fronteira gaúcha.

Atividade Econômica	Especificidade	Origem e/ou destino
Demais	Atividades de pós-colheita	Agricultura
	Beneficiamento de arroz	Agricultura
	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	Agricultura
	Moagem de trigo e fabricação de derivados	Agricultura
	Armazenamento	Agropecuária
	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	Agropecuária
	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	Diversos
	Atividades de ensino	Educação
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Diversos
	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos.	Diversos
	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	Diversos
	Transporte rodoviário de carga	Diversos
	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	Pecuária
	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal	Pecuária
	Preparação do leite	Pecuária

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da base de dados da Econodata (2025).

As atividades do Quadro 4 não implicam, necessariamente, em baixa incidência de cooperativas nas quais a prática ocorre. As “atividades pós-colheita”, por exemplo, têm a maior incidência de matrizes que a desenvolvem (10 unidades), assim como a “preparação do leite” (seis unidades). Porém, de forma geral, o que se observa é que as atividades acima estão,

possivelmente, relacionadas a características próprias de cada matriz de acordo com a cultura agropecuarista da região.

As “atividades de ensino” e as “atividades profissionais, científicas e técnicas” identificadas em duas cooperativas indicam um alinhamento com o 5º Princípio das Cooperativas - Princípio da Educação, Treinamento e Informação Cooperativa -, que tem a educação cooperativista como necessidade básica para a estruturação do espírito cooperativismo (Schneider, 2012).

Outra relação que pode ser observada no estudo é com o 7º Princípio Cooperativista - Preocupação com a Comunidade, ao se verificar o impacto na empregabilidade, ou seja, a geração de emprego renda às famílias que residem nos locais em que as cooperativas estão instaladas. Ao observar as atividades econômicas, outro nexos também pode ser estabelecido com o desenvolvimento sustentável, dada a existência de práticas voltadas à produção florestal.

Assim, pode-se perceber que as cooperativas ocupam boa parte da Faixa de Fronteira gaúcha, e contribuem com a exploração de diversas atividades econômicas, que abarcam o comércio atacadista, varejista e fabricação de insumos, daquelas necessárias para retroalimentar o sistema ou destinadas aos consumidores finais. Além disso, as atividades revelam a preocupação destas organizações com o atendimento de princípios do cooperativismo, assim como corroboram no atingimento dos ODS's.

5. Considerações Finais

Dada a relevância das cooperativas, de modo geral, e as agropecuárias para o desenvolvimento socioeconômico regional, a pesquisa contribuiu para compreender como essas organizações promovem práticas sustentáveis e inclusão produtiva. Além disso, a utilização de dados acessíveis na internet permitiu uma abordagem dinâmica e atualizada, favorecendo análises contextualizadas sobre o impacto dessas cooperativas no desenvolvimento sustentável.

A pesquisa possibilitou identificar as atividades econômicas das cooperativas agropecuárias matriciais situadas na Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul, e relacioná-las com os ODS. A partir do mapeamento das cooperativas matriciais na Faixa de Fronteira gaúcha e descrição das atividades econômicas, foi possível relacionar tais práticas com os objetivos da Agenda 2030.

O estudo revelou que a maioria dos municípios da Faixa de Fronteira possui ao menos uma cooperativa agropecuária, assim consideradas as matriciais e suas filiais, contribuindo, dessa forma, com a criação de empregos formais e renda à população. Além disso, estas organizações vêm historicamente contribuindo com o desenvolvimento fronteiriço desde a década de 1950, e com mais intensidade a partir de 1960.

Em relação às atividades econômicas praticadas, as cooperativas agropecuárias da Faixa de Fronteira são plurais, com predominância daquelas voltadas para a agricultura em detrimento à pecuária. É praticado o atacado, varejo e fabricação de produtos voltados à alimentação humana, bem como insumos necessários à retroalimentação das atividades desenvolvidas na agricultura e pecuária. As atividades pós-colheita foram as que tiveram maior incidência nas cooperativas analisadas, e podem ser relacionadas principalmente àquelas decorrentes das atividades agrícolas, como o cultivo de cereais e de soja, por exemplo. Embora com baixa incidência, atividades voltadas à produção de sementes certificadas também foram identificadas, em especial com a produção florestal.

Fica evidenciado que as atividades econômicas realizadas por essas cooperativas são essenciais na promoção de práticas sustentáveis, como a inclusão social com a geração de emprego e renda. Esses aspectos mostram-se alinhados a alguns ODS, como a erradicação da

pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), e vida terrestre (ODS 15).

Além disso, essas cooperativas também atendem ao 5º e ao 7º princípio do cooperativismo, que se referem a educação, treinamento e informação cooperativa, e o da preocupação com a comunidade, seja com a criação de emprego e renda ou o desenvolvimento de práticas voltadas seja com o meio ambiente, com um olhar voltado ao reflorestamento.

No entanto, há limitações e potencialidades a serem exploradas em futuras investigações para ampliar a contribuição das cooperativas agropecuárias ao desenvolvimento local e regional sustentável. Por fim, este trabalho reafirma a importância das cooperativas como protagonistas no desenvolvimento regional, especialmente em regiões sensíveis como a Faixa de Fronteira, em que as questões econômicas, sociais e ambientais são intrinsecamente conectadas. Recomenda-se a continuidade de estudos que aprofundem a relação entre as atividades dessas cooperativas e os ODS, considerando a singularidade e potencialidade de cada região como promotoras do desenvolvimento e integração entre fronteiras.

Referências

ABRAS. Associação Brasileira de Supermercados. Notícia. Rankig ABRAS 2024: conheça as maiores empresas do varejo alimentar. 2024. Disponível em <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/116521/ranking-abras-2024-conheca-as-maiores-empresas-do-varejo-alimentar>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel *et al.* Ações do fórum de gestão social: mudanças e novas perspectivas para o município de Cerro Largo/RS. In: BOTELHO, Louise de Lira Roedel *et al.* (Orgs.). **Parcerias estratégicas**, v. 24, n. 49, Brasília-DF: CGEE, 2019.p. 75-90. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/3969_CGEE_vol_24_RPE_49_dez.pdf/5711a1db-1ddb-4791-90ba-6d3211c9618b?version=1.0. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 5.674, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.711.htm#:~:text=LEI%20No%2010.711%2C%20DE%205%20DE%20AGOSTO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20Nacional,Mudas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Fronteiras e seu Comitê Nacional. 2024. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12038.htm#:~:text=2%C2%BA%20A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,dos%20direitos%20humanos%2C%20cidadania%20e. Acesso em: 11 nov. 2024.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revisão sistemática**, v. 34, n.6, nov./dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/>. Acesso em: 30 out. 2024.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. **A concepção de economia solidária em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)

– Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/6ac5d648-78a9-436f-9b69-6b4a1c6d25ab>. Acesso em: 30 set. 2024.

ECONODATA. **Consulte detalhes de qualquer empresa do Brasil**. 2024. Disponível em https://www.econodata.com.br/consulta-empresa#google_vignette. Acesso em: 18 set. 2024.

HOFFMANN, Rodolfo ENGLER *et al.* **Administração da empresa agrícola**. 3ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1981.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas**. 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>. Acesso em 11 nov. 2024.

ICA –INTERNATIONAL COOPERATIVE OF AMERICAS. **Cooperative identity, values & principles**. Brussels: ICA, 2022. Disponível em <https://ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3ª. ed., São Paulo: Atlas, 2016.

OCB. Sistema OCB. **Inovação social no cooperativismo: novas ideias a serviço do bem-estar coletivo**. Notícias. 2024a. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/noticias-saber-cooperar/inoa%C3%A7%C3%A3o-social-no-cooperativismo-novas-ideias-a-servi%C3%A7o-do-bem-estar-coletivo>. Acesso em: 10 out. 2024.

OCB. Sistema OCB. **Anuário Coop 2024**. 2024b. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

OCERGS. **Sistema Ocergs: encontre uma coop**. 2024. Disponível em <https://somoscooperativismo-rs.coop.br/cooperativismo/encontre-uma-coop>. Acesso em: 21 set. 2024.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LÚCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5ª ed., Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos gestão social**, v. 3, n.2, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31589>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SPGG - Secretaria de Planejamento, Governo e Gestão. **Ocupação do território: a origem da ocupação do território rio-grandense explica, em parte, as diferenças de distribuição da população**. Atlas sociográfico do Rio Grande do Sul. 2022. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/ocupacao-do-territorio>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Uemerson Rodrigues de; BRAGA, Marcelo José; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Fatores associados à eficiência técnica e de escala das cooperativas agropecuárias paranaenses. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 49, n. 3, 2011, p. 573-597. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/5rrpJvDM48LSdnwsvhs8dst/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

TORMES, Edinaldo Cesar *et al.* Aspectos legais da produção de sementes e mudas de espécies florestais. **Research, society and development**, v.11, n.3, 2022. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25903>. Acesso em 16 nov. 2024.

TROIAN, Alessandra; BRITES, Cezar. Desenvolvimento de Regiões de Fronteira. *In.*: GRIEBLER, Marcos Paulo Dhein (Org.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 3^a. ed. Uruguaiana: Conceito, 2024. p. 340-343. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/385938996_e-Book_2024_Dicionario_Desenvolvimento_Regional_3_edicao. Acesso em: 07 dez. 2024.